

COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS – CEMIG  
CNPJ 17.155.730/0001-64 – NIRE 31300040127

ATA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, REALIZADAS,  
CUMULATIVAMENTE, AOS 29 DE ABRIL DE 2009.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e nove, às onze horas, em sua sede social, na Av. Barbacena, 1.200, 18º andar, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, reuniram-se em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, em primeira convocação, acionistas da Companhia Energética de Minas Gerais-Cemig que representavam mais de dois terços do capital social com direito a voto, conforme foi verificado no Livro de Presença dos Acionistas, onde todos lançaram suas assinaturas e fizeram as declarações exigidas, sendo o acionista Estado de Minas Gerais representado pelo Sr. Marco Antonio Rebelo Romanelli, Advogado Geral Adjunto do Estado de Minas Gerais, nos termos da legislação vigente, estando também presentes o Conselheiro Fiscal Aliomar Silva Lima; a KPMG Auditores Independentes, representada pelos Srs. Marco Túlio Fernandes Ferreira, CRC-MG 058176/O-0, e Gustavo Fernandes Guimarães, CRC-MG 068539/O-1; e, o Diretor Luiz Fernando Rolla. Inicialmente, a Sra. Anamaria Pugedo Frade Barros, Superintendente da Secretaria Executiva Empresarial da Cemig, informou que existia “quorum” para a realização das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária. Informou, ainda, que cabia aos acionistas presentes escolherem o Presidente destas Assembléias, em conformidade com o disposto no artigo 10 do Estatuto Social da Companhia. Pedindo a palavra, o representante do acionista Estado de Minas Gerais indicou o nome do acionista Luiz Fernando Rolla para presidir a reunião. Colocada em discussão e, após, em votação a proposta do representante do acionista Estado de Minas Gerais, foi a mesma aprovada por unanimidade. Em seguida, o Sr. Presidente declarou instaladas as Assembléias e convidou a mim, Anamaria Pugedo Frade Barros, acionista, para secretariar os trabalhos, solicitando-me que procedesse à leitura do edital de convocação, publicado nos jornais “Minas Gerais”, Órgão Oficial dos Poderes do Estado, nos dias 20, 21 e 24 de março do corrente ano, “O Tempo”, nos dias 20, 21 e 22 de março do corrente ano, e “Gazeta Mercantil”, nos dias 20, 23 e 24 de março do corrente ano, cujo teor é o seguinte: “COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG - COMPANHIA ABERTA - CNPJ 17.155.730/0001-64 - NIRE 31300040127 - ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO - Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 29 de abril de 2009, às 11 horas, na sede social, na Avenida Barbacena, 1.200, 18º andar, nesta cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias: 01- exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, bem como dos respectivos documentos complementares; 02- destinação do lucro líquido do exercício de 2008, no montante de R\$1.887.035 mil, e do saldo da rubrica de Lucros Acumulados, no valor de R\$17.877 mil, de acordo com o disposto no artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores alterações; 03- definição da forma e data do pagamento do dividendo obrigatório, no montante de R\$943.518 mil; 04- autorização, verificação e aprovação do aumento do Capital Social de R\$2.481.507.565,00 para R\$3.101.884.460,00, com emissão de novas ações, mediante a capitalização de R\$620.376.895,00, sendo R\$606.454.665,00 provenientes de parte da “Reserva de Retenção de Lucros” e R\$13.922.230,00 provenientes da incorporação de parcelas pagas a título de principal corrigidas até dezembro/1995, conforme o Contrato de Cessão de Crédito do Saldo Remanescente da Conta de Resultados a Compensar – CRC, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 25,000000151%, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00; 05- autorização para que a Diretoria Executiva tome as seguintes medidas relativas à bonificação: atribuir uma bonificação de 25,000000151%, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00, aos acionistas proprietários de ações

integrantes do capital de R\$2.481.507.565,00, cujos nomes figurarem no livro de “Registro de Ações Nominativas” na data da realização destas Assembléias Gerais; vender em bolsa os números inteiros de ações nominativas resultantes da soma de frações remanescentes, decorrentes da aludida bonificação, e dividir o produto líquido da venda, proporcionalmente, aos acionistas; estabelecer que todas as ações resultantes da citada bonificação farão jus aos mesmos direitos concedidos às ações que lhe deram origem; pagar aos acionistas, proporcionalmente, o produto da soma das frações remanescentes juntamente com a primeira parcela dos dividendos relativos ao exercício de 2008; 06- conseqüente reforma do “caput” do artigo 4º do Estatuto Social, em decorrência do aumento do Capital Social acima mencionado; 07- eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal e fixação de sua remuneração; 08- eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração, em decorrência do final do mandato; 09- fixação da remuneração dos Administradores da Companhia; 10- autorização para que o representante da Companhia nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cemig Distribuição S.A., também a realizarem-se, cumulativamente, em 29 de abril de 2009, vote favoravelmente às seguintes matérias: a- exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, bem como dos respectivos documentos complementares; b- destinação do lucro líquido do exercício de 2008, no montante de R\$709.358 mil, de acordo com o disposto no artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores alterações; c- definição da forma e data do pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos complementares, no montante de R\$666.296 mil; d- eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e- alteração na composição do Conselho de Administração, se houver alteração na composição do Conselho de Administração da CEMIG; f- alteração dos artigos 20, 22 e 23 do Estatuto Social, visando a possibilidade de levantamento de balanço semestrais ou intermediários referentes a períodos menores, bem como o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares e previsão de pagamento de juros sobre capital próprio em substituição a dividendo; 11- autorização para que o representante da Companhia nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cemig Geração e Transmissão S.A., também a realizarem-se, cumulativamente, em 29 de abril de 2009, vote favoravelmente às seguintes matérias: a- exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, bem como dos respectivos documentos complementares; b- destinação do lucro líquido do exercício de 2008, no montante de R\$985.753 mil, e do saldo da rubrica de Lucros Acumulados, no valor de R\$24.830 mil, de acordo com o disposto no artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores alterações; c- definição da forma e data do pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos complementares, no montante de R\$492.877 mil; d- eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e- alteração na composição do Conselho de Administração, se houver alteração na composição do Conselho de Administração da CEMIG; f- alteração dos artigos 20, 22 e 23 do Estatuto Social, visando a possibilidade de levantamento de balanço semestrais ou intermediários referentes a períodos menores, bem como o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares e previsão de pagamento de juros sobre capital próprio em substituição a dividendo. Na forma do artigo 3º da Instrução CVM nº 165, de 11-12-1991, o percentual mínimo para que seja requerida a adoção do voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto. O acionista que desejar representar-se nas referidas Assembléias Gerais deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei 6.404/76 e posteriores alterações e do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, exibindo no ato ou depositando, preferencialmente até 24 de abril de 2009, os comprovantes de titularidade das ações expedidos por instituição financeira depositária e procuração, com poderes especiais, na Superintendência da Secretaria Executiva Empresarial da CEMIG, na Av. Barbacena, 1200 - 19º andar, ala B1, em Belo Horizonte-MG. Belo Horizonte 18 de março de 2009. a.) Sergio Alair Barroso-Presidente do Conselho de Administração”. Antes de serem colocados em discussão e votação os itens da pauta da presente reunião, o representante da acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda. ressaltou que as alterações estatutárias promovidas pela AGE de 25-10-1999, bem como as subseqüentes, foram

aprovadas apenas em vista da suspensão do Acordo de Acionistas, por decisão do Poder Judiciário, sendo, portanto, provisórias e precárias. Frisou-se, assim, que os atos e operações praticados ou submetidos à aprovação pelos órgãos de Administração da Cemig, ao amparo de tais alterações estatutárias efetuadas sob a proteção da decisão judicial hoje vigente, podem, a qualquer momento, ser revistos e retirados do mundo jurídico. Sobre a questão, o representante do acionista Estado de Minas Gerais relembrou que a decisão que anulou o Acordo de Acionistas celebrado entre o Estado de Minas Gerais e a Southern Electric Brasil Participações Ltda. não mais tem o caráter liminar ou provisório. Trata-se de decisão de mérito e, portanto, não se trata de suspensão, mas de anulação. Acrescentou que já existe uma decisão de mérito que anula o Acordo de Acionistas confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Esclareceu, ainda, que as decisões destas Assembléias somente podem levar em consideração o que existe na atualidade, sendo uma temeridade a não votação das matérias na espera das decisões judiciais, pois, na realidade, o referido Acordo de Acionistas, por força de pronunciamento judicial, não pode produzir qualquer efeito e as decisões tomadas o estão sendo dentro do estrito cumprimento do provimento judicial. Finalizando, observou que os recursos extraordinários e especial manejados pela Southern não foram admitidos pelo Vice-Presidente do TJMG, sendo que o STJ negou provimento aos agravos de instrumento e regimental interpostos pela mesma Southern, reforçando a situação jurídica já declarada pelo TJMG, ou seja, a ineficácia do Acordo de Acionistas objeto da ação. Novamente com a palavra, o representante da acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda. informou que ainda pende de julgamento o Agravado de Instrumento interposto contra despacho de negatário de Recurso Extraordinário, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal. Em seguida, o Sr. Presidente, de acordo com o item 1º da ordem-do-dia, colocou em discussão o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2008, e respectivos documentos complementares, esclarecendo que os mesmos foram amplamente divulgados pela imprensa, uma vez que foram colocados à disposição dos acionistas, por aviso inserto nos jornais “Minas Gerais”, Órgão Oficial dos Poderes do Estado, nos dias 20, 21 e 24 de março do corrente ano, “O Tempo”, nos dias 20, 21 e 22 de março do corrente ano, e “Gazeta Mercantil”, nos dias 20, 23 e 24 de março do corrente ano, e publicados nos mesmos jornais, no dia 16 de abril do corrente ano. Finalizando, colocou em votação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2008, e respectivos documentos complementares, tendo sido os mesmos aprovados, abstendo-se de votar as pessoas legalmente impedidas. Continuando os trabalhos, o Sr. Presidente pediu à Secretária para proceder à leitura da Proposta do Conselho de Administração, que trata dos itens 2 a 6, 10 e 11 da convocação, bem como do Parecer do Conselho Fiscal dado sobre a mesma, documentos estes cujo teor é o seguinte: “PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS ASSEMBLÉIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A REALIZAREM-SE, CUMULATIVAMENTE, EM 29 DE ABRIL DE 2009. Senhores Acionistas: O Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG: Considerando: o artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações, os artigos 27 a 31 do Estatuto Social e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2008, com apresentação de lucro líquido de R\$1.887.035 mil e saldo de lucros acumulados de R\$17.877 mil referentes a ajustes de exercícios anteriores em função da adoção da Lei 11.638/2007; o artigo 199 da mesma Lei, que estabelece que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o Capital Social e que, atingido esse limite, a Assembléia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento de capital ou na distribuição de dividendos; que, em 31 de dezembro de 2008, o valor das “Reservas de Lucros” da CEMIG apresentou um montante acumulado de R\$2.872.712 mil, já deduzido dos valores destinados a pagamento de dividendos obrigatórios e extraordinários de 2008, portanto, implicando em um saldo excedente de R\$391.204 mil em comparação ao Capital Social de R\$2.481.508 mil; que, para atendimento à mencionada Lei, deverá ser realizado o aumento no Capital Social da Companhia através de utilização do saldo da conta “Reserva de Retenção de Lucros”; a Cláusula Quinta – Incorporação do Capital – do Contrato de Cessão de Crédito do Saldo Remanescente da Conta de Resultados a Compensar – CRC, celebrado em 31-05-1995, entre o Estado de Minas Gerais e a

Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, que determina que os valores efetivamente pagos pelo Estado de Minas Gerais a título de principal serão incorporados ao Capital Social da Companhia como “Doações e Subvenções para Investimentos”; os pagamentos efetuados em 2008 pelo Estado de Minas Gerais relativos às parcelas de números 9 e 10 de amortização do Principal, ajustadas de acordo com o Quinto Aditivo do Termo de Contrato de Cessão de Crédito do Saldo Remanescente da Conta de Resultados a Compensar – CRC, que totalizam R\$13.922 mil, vem propor a V. Sas. o seguinte: I) que, ao lucro líquido do exercício de 2008 e do saldo de lucros acumulados, nos montantes acima mencionados, seja dada a seguinte destinação: 1) R\$94.352 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do parágrafo único do artigo 28 do Estatuto Social. 2) R\$110.256 mil sejam destinados à conta de Retenção de Lucros, para aplicação em investimentos e pagamento de despesas, impostos e serviço da dívida, conforme Orçamento de Caixa aprovado na reunião do Conselho de Administração em 16-12-2008. 3) R\$943.518 mil sejam destinados como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, em conformidade com a alínea “b” do parágrafo único do artigo 28 do Estatuto Social e a legislação aplicável. 4) R\$82.785 mil sejam destinados para aporte de capital na Companhia de Gás de Minas Gerais-GASMIG, conforme CRCA-033/2008, de 14-05-2008. 5) R\$6.000 mil sejam destinados para aporte de capital na Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., conforme CRCA-058/2007, de 27-07-2007. 6) R\$20.626 mil sejam destinados para aporte de capital na Companhia de Transmissão Centroeste de Minas. 7) R\$647.375 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta Reserva Estatutária prevista na alínea “c” do parágrafo único do artigo 28 e no artigo 30 do Estatuto Social. Os pagamentos dos dividendos deverão ser realizados em duas parcelas, até 30-06-2009 e até 30-12-2009, que poderão ser antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva. O Anexo 1 resume o Orçamento de Caixa da CEMIG para o exercício de 2009, aprovado pelo Conselho de Administração, caracterizando os ingressos de recursos e desembolsos para cumprimento das destinações do lucro do exercício. O Anexo 2 resume o cálculo dos dividendos propostos pela Administração, em conformidade com o Estatuto Social; II) a autorização, verificação e aprovação do aumento do Capital Social de R\$2.481.507.565,00 (dois bilhões, quatrocentos e oitenta e um milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e sessenta e cinco reais) para R\$3.101.884.460,00 (três bilhões, cento e um milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta reais), com emissão de 124.075.379 (cento e vinte e quatro milhões, setenta e cinco mil, trezentas e setenta e nove) novas ações, sendo 54.230.849 (cinquenta e quatro milhões, duzentos e trinta mil, oitocentas e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de R\$5,00 (cinco reais) cada e 69.844.530 (sessenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quinhentas e trinta) ações preferenciais, nominativas, do valor nominal de R\$5,00 (cinco reais) cada, mediante a capitalização de R\$620.376.895,00 (seiscentos e vinte milhões, trezentos e setenta e seis mil, oitocentos e noventa e cinco reais), sendo R\$606.454.665,00 (seiscentos e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais) provenientes de parte da “Reserva de Retenção de Lucros” e R\$13.922.230,00 (treze milhões, novecentos e vinte e dois mil, duzentos e trinta reais) provenientes da incorporação das parcelas pagas à título de principal corrigidas até dezembro/1995, conforme Cláusula Quinta do Contrato de Cessão de Crédito do Saldo Remanescente da Conta de Resultados a Compensar – CRC, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 25,000000151%, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00. A diferença entre o valor capitalizado e o valor correspondente aos pagamentos efetuados pelo Estado de Minas Gerais relativos às parcelas de números 9 e 10 de amortização do principal do citado Contrato de Cessão de Crédito, ou seja, R\$2,80 (dois reais e oitenta centavos) será mantida no saldo para futuras incorporações, tendo em vista o valor mínimo de incorporação ser o valor nominal de uma ação; III) a consequente reforma do “caput” do artigo 4º do Estatuto Social, que passa a ter a seguinte redação: “Art. 4º – O Capital Social da Sociedade é de R\$3.101.884.460,00 (três bilhões, cento e um milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta reais), representado por: a) 271.154.243 (duzentos e setenta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, duzentas e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de R\$5,00 cada uma; b)

349.222.649 (trezentos e quarenta e nove milhões, duzentos e vinte e dois mil, seiscentas e quarenta e nove) ações preferenciais, nominativas, do valor nominal de R\$5,00 cada uma;”; IV) que a Diretoria Executiva seja autorizada a tomar as seguintes medidas relativas à bonificação: 1) atribuir uma bonificação de 25,000000151%, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00 (cinco reais), aos acionistas proprietários de ações integrantes do capital de R\$2.481.507.565,00 (dois bilhões, quatrocentos e oitenta e um milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e sessenta e cinco reais), cujos nomes figurarem no livro de “Registro de Ações Nominativas” na data da realização da Assembléia Geral que deliberar sobre a presente proposta; 2) vender em bolsa os números inteiros de ações nominativas resultantes da soma de frações remanescentes, decorrentes da aludida bonificação, e dividir o produto líquido da venda, proporcionalmente, aos acionistas; 3) estabelecer que todas as ações resultantes da citada bonificação farão jus aos mesmos direitos concedidos às ações que lhe deram origem; 4) pagar aos acionistas, proporcionalmente, o produto da soma das frações remanescentes juntamente com a primeira parcela dos dividendos relativos ao exercício de 2008; v) que o representante da CEMIG nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., também a realizarem-se, cumulativamente, em 29-04-2009, votem favoravelmente às matérias da pauta, ou seja: 1) Cemig D: a- exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, bem como dos respectivos documentos complementares; b- destinação do lucro líquido do exercício de 2008, no montante de R\$709.358 mil, de acordo com o disposto no artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores alterações; c- definição da forma e data do pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos complementares, no montante de R\$666.296 mil; d- eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e- alteração na composição do Conselho de Administração, se houver alteração na composição do Conselho de Administração da CEMIG; f- alteração dos artigos 20, 22 e 23 do Estatuto Social, visando a possibilidade de levantamento de balanço semestrais ou intermediários referentes a períodos menores, bem como o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares e previsão de pagamento de juros sobre capital próprio em substituição a dividendo. 2) Cemig GT: a- exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, bem como dos respectivos documentos complementares; b- destinação do lucro líquido do exercício de 2008, no montante de R\$985.753 mil, e do saldo da rubrica de Lucros Acumulados, no valor de R\$24.830 mil, de acordo com o disposto no artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores alterações; c- definição da forma e data do pagamento dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos complementares, no montante de R\$492.877 mil; d- eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e- alteração na composição do Conselho de Administração, se houver alteração na composição do Conselho de Administração da CEMIG; f- alteração dos artigos 20, 22 e 23 do Estatuto Social, visando a possibilidade de levantamento de balanço semestrais ou intermediários referentes a períodos menores, bem como o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares e previsão de pagamento de juros sobre capital próprio em substituição a dividendo. Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender a legítimos interesses dos acionistas e da Empresa, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada pelos senhores acionistas. Belo Horizonte, 18 de março de 2009. aa.) Sergio Alair Barroso-Presidente, Djalma Bastos de Moraes-Vice-Presidente, Alexandre Heringer Lisboa-Membro, André Araújo Filho-Membro, Antônio Adriano Silva-Membro, Eduardo Lery Vieira- Membro, Evandro Veiga Negrão de Lima-Membro, Francelino Pereira dos Santos-Membro, João Camilo Penna-Membro, José Castelo Branco da Cruz-Membro, Maria Estela Kubitschek Lopes-Membro, Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur-Membro, Wilton de Medeiros Daher-Membro. ANEXO 1 À PROPOSTA DE DEST. DO LUCRO DO EXERCÍCIO DE 2008 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA ATÉ O DIA 30-04-2009 - ORÇAMENTO DE CAIXA DE 2009 - COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG – Valores em R\$ mil correntes

Descrição	Total 2009 (*)	AV %
<b>A – SALDO INICIAL</b>	233.319	-
<b>B – RECURSOS</b>	1.448.246	100,0
Arrecadação	-	-
Recursos de Capital	1.448.246	100,0
<b>C – DESEMBOLSOS</b>	1.149.530	100,0
Programa de Investimento	95.756	8,3
Orçamento de Despesas	43.736	3,8
Impostos	48.920	4,3
Serviço da Dívida	17.600	1,5
Dividendos	943.518	82,1
Dividendos Extraordinários	-	-
<b>D – SALDO FINAL (A+B-C)</b>	532.035	-

(\*) Aprovação conforme reunião do Conselho em 16-12-2008, com os seguintes ajustes: - Ajuste no item Recurso de Capital com utilização dos dividendos previstos nas propostas de destinação de lucro da Cemig D e GT. - Substituição do saldo inicial de caixa pelo valor efetivo de 31-12-2008. - Ajuste nos dividendos a serem pagos, com a utilização dos dividendos previstos na proposta de destinação de lucro. ANEXO 2 À PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO DE 2008 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA ATÉ 30-04-2009. DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS - COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG

<b>Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais</b>	31-12-2008
	R\$ mil
Valor Nominal das Ações Preferenciais	1.396.891
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	139.689
Valor do Patrimônio Líquido	9.351.634
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	56,27%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	5.262.164
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	157.865
<b>Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais</b>	157.865
Dividendos Obrigatórios	
Lucro Líquido do Exercício	1.887.037
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	943.518
<b>Dividendos Líquidos Propostos</b>	943.518
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	531.301
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	412.217
<b>Dividendo por ação - R\$</b>	
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,57
Dividendo Obrigatório	1,90
Dividendos Propostos	1,90”.

“PARECER DO CONSELHO FISCAL - Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram as Propostas do Conselho de Administração às Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 29-04-2009, referentes: I) à destinação do lucro líquido do exercício de 2008, no montante de R\$1.887.035 mil, e do saldo da rubrica de Lucros Acumulados, no valor de R\$17.877 mil, conforme a seguir: 1) R\$94.352 mil, relativos a 5% do lucro líquido, sejam alocados à conta de Reserva Legal, em conformidade com a alínea “a” do Parágrafo Único do Artigo 28 do Estatuto Social; 2) R\$110.256 mil sejam destinados à conta de Retenção de Lucros, para aplicação em pagamento de despesas, impostos e serviço da dívida, conforme Orçamento de Caixa aprovado na reunião do Conselho de Administração em 16-12-2008; 3) R\$943.518 mil sejam destinados, como dividendo obrigatório, aos acionistas da Companhia, em conformidade com a alínea “b” do Parágrafo Único do Artigo 28 do Estatuto Social e a legislação aplicável; 4) R\$82.785 mil sejam destinados para aporte de capital na Companhia de Gás de Minas Gerais-GASMIG, conforme CRCA-033/2008, de 14-05-2008; 5) R\$6.000 mil sejam destinados para aporte de capital na Axxiom Soluções Tecnológicas S.A., conforme CRCA-058/2007, de 27-07-2007; 6) R\$20.626 mil sejam destinados para aporte de capital na Companhia de Transmissão Centroeste de Minas; 7) R\$647.375 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta Reserva Estatutária, prevista na alínea “c” do Parágrafo Único do Artigo 28 e no Artigo 30 do Estatuto Social. Os pagamentos dos dividendos deverão ser realizados em duas parcelas, até 30-06-2009 e até 30-12-2009, que poderão ser antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva; II) autorização, verificação e aprovação do aumento do Capital Social de R\$2.481.507.565,00 (dois bilhões, quatrocentos e oitenta e um milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e sessenta e cinco reais) para R\$3.101.884.460,00 (três bilhões, cento e um milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta reais), com emissão de 124.075.379 (cento e vinte e quatro milhões, setenta e cinco mil, trezentas e setenta e nove) novas ações, sendo 54.230.849 (cinquenta e quatro milhões, duzentos e trinta mil, oitocentas e quarenta e nove) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de R\$5,00 (cinco reais) cada e 69.844.530 (sessenta e nove milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quinhentas e trinta) ações preferenciais, nominativas, do valor nominal de R\$5,00 (cinco reais) cada, mediante a capitalização de R\$620.376.895,00 (seiscentos e vinte milhões, trezentos e setenta e seis mil, oitocentos e noventa e cinco reais), sendo R\$606.454.665,00 (seiscentos e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e cinco reais) provenientes de parte da “Reserva de Retenção de Lucros” e R\$13.922.230,00 (treze milhões, novecentos e vinte e dois mil, duzentos e trinta reais) provenientes da incorporação das parcelas pagas a título de principal corrigidas até dezembro/1995, conforme Cláusula Quinta do Contrato de Cessão de Crédito do Saldo Remanescente da Conta de Resultados a Compensar – CRC, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 25,000000151%, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00. A diferença entre o valor capitalizado e o valor correspondente aos pagamentos efetuados pelo Estado de Minas Gerais relativos às parcelas de números 9 e 10 de amortização do principal do citado Contrato de Cessão de Crédito, ou seja, R\$2,80 (dois reais e oitenta centavos) será mantida no saldo para futuras incorporações, tendo em vista o valor mínimo de incorporação ser o valor nominal de uma ação. 2- A consequente reforma do “caput” do artigo 4º do Estatuto Social, que passa a ter a seguinte redação: “Art. 4º – O Capital Social da Sociedade é de R\$3.101.884.460,00 (três bilhões, cento e um milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta reais), representado por: a) 271.154.243 (duzentos e setenta e um milhões, cento e cinquenta e quatro mil, duzentas e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de R\$5,00 cada uma; b) 349.222.649 (trezentos e quarenta e nove milhões, duzentos e vinte e dois mil, seiscentas e quarenta e nove) ações preferenciais, nominativas, do valor nominal de R\$5,00 cada uma;”. III- que a Diretoria Executiva seja autorizada a tomar as seguintes medidas relativas à bonificação: atribuir uma bonificação de 25,000000151%, em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$5,00 (cinco reais), aos acionistas proprietários de ações integrantes do capital de R\$2.481.507.565,00 (dois bilhões,

quatrocentos e oitenta e um milhões, quinhentos e sete mil, quinhentos e sessenta e cinco reais), cujos nomes figurarem no livro de “Registro de Ações Nominativas” na data da realização da Assembléia Geral que deliberar sobre a presente proposta; vender em bolsa os números inteiros de ações nominativas resultantes da soma de frações remanescentes, decorrentes da aludida bonificação, e dividir o produto líquido da venda, proporcionalmente, aos acionistas; estabelecer que todas as ações resultantes da citada bonificação farão jus aos mesmos direitos concedidos às ações que lhe deram origem; pagar aos acionistas, proporcionalmente, o produto da soma das frações remanescentes juntamente com a primeira parcela dos dividendos relativos ao exercício de 2008. Após analisarem atentamente as aludidas propostas e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes às matérias, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquelas Assembléias. Belo Horizonte, 18 de março de 2009.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond, Luiz Guaritá Neto, Benedito José Ferreira, Luiz Otávio Nunes West, Aliomar Silva Lima”. A seguir, o Sr. Presidente colocou em discussão a Proposta do Conselho de Administração referente aos itens 2 a 6, 10 e 11 da ordem-do-dia, que, posteriormente submetida a votos, foi aprovada por maioria. Continuando os trabalhos, o Sr. Presidente comunicou que terminava na presente reunião o mandato dos membros do Conselho de Administração, devendo, portanto, ser procedida nova eleição para compor o referido Conselho, com mandato de 3 (três) anos, ou seja, até a Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2012. Prosseguindo, o Sr. Presidente informou que foi solicitada a adoção de Voto Múltiplo pela acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda., conforme carta em poder da Companhia, e que serão necessários 13.445.618 (treze milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e dezoito) votos para a eleição de cada membro do Conselho de Administração. Finalizando, o Sr. Presidente esclareceu que seria necessário, primeiramente e considerando o artigo 12 do Estatuto Social, proceder-se à eleição do membro efetivo e de seu respectivo suplente indicados por representantes dos acionistas detentores de ações preferenciais para, então, aplicar-se o instrumento do voto múltiplo para preencher as vagas restantes no Conselho de Administração. Pedindo a palavra, como titulares de ações preferenciais, os representantes das acionistas Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil-PREVI e Fundação Forluminas de Seguridade Social-FORLUZ indicaram os seguintes acionistas para comporem o Conselho de Administração: Membro efetivo: Guy Maria Villela Paschoal - brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Jornalista Djalma Andrade, 210, Belvedere, CEP 30320-540, portador da Carteira de Identidade nº M-616, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 000798806-06; e seu suplente Cezar Manoel de Medeiros - brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Alameda Ipê Branco, 279, Pampulha, CEP 31275-080, portador da Carteira de Identidade nº M-3627440, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 006688346-68. A seguir, o Sr. Presidente submeteu a discussão e, em seguida, a votos - em separado, dela participando somente titulares de ações preferenciais - as indicações acima mencionadas, tendo sido as mesmas aprovadas por maioria. O Sr. Presidente esclareceu que, para completar o Conselho de Administração, cabia à representante da acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda. indicar 5 membros efetivos e respectivos suplentes e ao representante do acionista Estado de Minas Gerais, 8 membros efetivos e respectivos suplentes. Solicitando a palavra, o representante da acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda. indicou para membros do Conselho de Administração os acionistas: Membros efetivos: Britaldo Pedrosa Soares - brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua João Cachoeira, 292/143, Vila Nova Conceição, CEP 04535-000, portador da Carteira de Identidade nº MG-228266, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 360634796-00; Evandro Veiga Negrão de Lima - brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Avenida Otacílio Negrão de Lima, 5219, Pampulha, CEP 31365-450, portador da Carteira de Identidade nº M-1342795, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 000761126-91; Roberto Pinto Ferreira Mameri Abdenur - brasileiro, casado, consultor de empresas, residente e domiciliado no Rio de

Janeiro-RJ, na Rua Prudente de Moraes, 1179/1302, Ipanema, CEP 22420-043, portador da Carteira de Identidade nº MRE-1863, expedida pelo Ministério de Relações Exteriores, e do CPF nº 075072914-72; André Araújo Filho - brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua Macau, 287, Ibirapuera, CEP 04032-020, portador da Carteira de Identidade nº 22529, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção de São Paulo, e do CPF nº 044637908-59; e, Thomas Anthony Tribone - norte-americano, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Arlington, Virgínia, nos Estados Unidos da América, na 3657 North Rockingham Street, CEP 22213, portador do Passaporte nº 017246918, expedido pelo Governo Norte Americano, e do CPF nº 748807561-72; e, Membros suplentes: Jeffery Atwood Safford - norte-americano, casado, contador, residente e domiciliado em São Paulo-SP, na Rua José Maria Lisboa, 1096/11, Jardim Paulista, CEP 01423-001, portador da Carteira de Identidade nº V365071-H, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do CPF nº 229902218-08; Maria Amália Delfim de Melo Coutrim - brasileira, casada, economista, residente e domiciliada no Rio de Janeiro-RJ, Avenida Rui Barbosa, 582/12º andar, Flamengo, CEP 22250-020, portadora da Carteira de Identidade nº 12944, expedida pela Corecon do Estado do Rio de Janeiro, e do CPF nº 654298507-72; Clarice Silva Assis - brasileira, casada, economista, residente e domiciliada em São Paulo-SP, na Rua Jacques Felix, 226/111, Vila Nova Conceição, CEP 04509-000, portadora da Carteira de Identidade nº 09306216-4, expedida pelo Detran do Estado do Rio de Janeiro, e do CPF nº 006682947-01; Andréa Leandro Silva - brasileira, solteira, advogada, residente e domiciliada em São Paulo-SP, na Rua Ibiaporã, 139, Água Funda, CEP 04157-090, portadora da Carteira de Identidade nº 24481467-3, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do CPF nº 165779628-04; e, José Castelo Branco da Cruz - brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, na Rua Paulo Areal, 182, Tijuca, CEP 22793-245, portador da Carteira de Identidade nº 46664, expedida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, e do CPF nº 198674503-10, respectivamente. Em seguida, pediu a palavra o representante do acionista Estado de Minas Gerais que indicou para compor o Conselho de Administração os seguintes acionistas: Membros efetivos: Sergio Alair Barroso - brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Bernardo Guimarães, 1581/1005, Lourdes, CEP 30140-082, portador da Carteira de Identidade nº 8100986-0, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, e do CPF nº 609555898-00; Djalma Bastos de Moraes - brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Avenida Bandeirantes, 665/401, Sion, CEP 30315-000, portador da Carteira de Identidade nº 019112140-9, expedida pelo Ministério do Exército, e do CPF nº 006633526-49; Alexandre Heringer Lisboa - brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Doutor Lucídio Avelar, 100/602, Estoril, CEP 30455-790, portador da Carteira de Identidade nº M-510577, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 222275206-04; Antônio Adriano Silva - brasileiro, casado, administrador, residente e domiciliado em Brasília-DF, no SHS, Quadra 01, Bloco A, apto. 523, Asa Sul, CEP 70322-900, portador da Carteira de Identidade nº MG-1411903, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 056346956-00; Eduardo Lery Vieira - brasileiro, separado judicialmente, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Aripuanã, 80/302, Estoril, CEP 30455-830, portador da Carteira de Identidade nº M-975155, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 079802996-04; Francelino Pereira dos Santos - brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Professor Antônio Aleixo, 222/902, Lourdes, CEP 30180-150, portador da Carteira de Identidade nº M-2063564, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 000115841-49; Maria Estela Kubitschek Lopes - brasileira, casada, arquiteta, residente e domiciliada no Rio de Janeiro-RJ, na Rua Alberto de Campos, 237/101, Ipanema, CEP 22411-030, portadora da Carteira de Identidade nº 45280-D, expedida pelo CREA-RJ, e do CPF nº 092504987-56; e, João Camilo Penna - brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua La Plata, 90, Sion, CEP 30315-460, portador da Carteira de Identidade nº MG-246968, expedida pela

Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 000976836-04; Membros suplentes: Paulo Sérgio Machado Ribeiro - brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Piauí, 1848/503, Funcionários, CEP 30150-321, portador da Carteira de Identidade nº 34133/D, expedida pelo CREA/MG, e do CPF nº 428576006-15; Lauro Sérgio Vasconcelos David - brasileiro, separado judicialmente, administrador, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Cruz Alta, 107/302, João Pinheiro, CEP 30530-150, portador da Carteira de Identidade nº M-3373627, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 603695316-04; Franklin Moreira Gonçalves - brasileiro, casado, tecnólogo em processamento de dados, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua João Gualberto Filho, 551/302, Sagrada Família, CEP 31030-410, portador da Carteira de Identidade nº MG-5540831, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 754988556-72; Marco Antonio Rodrigues da Cunha - brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Miguel Abras, 33/501, Serra, CEP 30220-160, portador da Carteira de Identidade nº M-281574, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 292581976-15; Kleber Antonio de Campos - brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Califórnia, 1000/1201, Sion, CEP 30315-500, portador da Carteira de Identidade nº M-369246, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 137244286-34; Luiz Antônio Athayde Vasconcelos - brasileiro, separado judicialmente, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Professor Moraes, 476/1003, Funcionários, CEP 30150-370, portador da Carteira de Identidade nº M-4355, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 194921896-15; Fernando Henrique Schuffner Neto - brasileiro, casado, engenheiro, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Martim de Carvalho, 395/700, Santo Agostinho, CEP 30190-090, portador da Carteira de Identidade nº M-1311632, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 320008396-49; e, Guilherme Horta Gonçalves Júnior - brasileiro, separado judicialmente, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Av. Olegário Maciel, 1748/2202, Santo Agostinho, CEP 30180-112, portador da Carteira de Identidade nº 1622046, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, e do CPF nº 266078757-34; respectivamente. Colocadas em discussão e, em seguida, em votação as indicações do representante da acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda. e do representante do acionista Estado de Minas Gerais foram as mesmas aprovadas por maioria, tendo o representante da acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda. votado nos Conselheiros por ela indicados e o representante do acionista Estado de Minas Gerais votado nos Conselheiros por ele indicados. Os Conselheiros indicados declararam - antecipadamente - que não incorrem em nenhuma proibição no exercício de atividade mercantil, que não ocupam cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente com a Companhia, não tendo nem representando interesse conflitante com o da Cemig e assumiram compromisso solene de conhecerem, observarem e acatarem os princípios, valores éticos e normas estabelecidos pelo Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais. Dando sequência às matérias da pauta, o Sr. Presidente informou que terminava nesta reunião o mandato do Conselho Fiscal, devendo, portanto, ser procedida nova eleição para compor o referido Conselho, com mandato de 1 (um) ano, ou seja, até a Assembléia Geral Ordinária a realizar-se em 2010. O Sr. Presidente esclareceu que a referida eleição seria feita com votação em separado, quando se tratar de candidatos indicados por titulares de ações preferenciais e por acionistas minoritários. Assim, o Sr. Presidente colocou em discussão a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal. Pedindo a palavra, como titulares de ações preferenciais, os acionistas representados pela Sra. Thaís Athayde de Moraes indicaram os seguintes nomes para comporem o Conselho Fiscal: Membro efetivo: Ana Lucia de Paiva Lorena Freitas - brasileira, casada, engenheira, residente e domiciliada no Rio de Janeiro-RJ, na Avenia Epitácio Pessoa, 4446/1101, bloco 01, Lagoa, CEP 22471-003, portadora da Carteira de Identidade nº 06713819-8, expedida pelo Instituto Felix Pacheco, e do CPF nº 051490757-60; Membro suplente: Rodrigo Magela Pereira - brasileiro,

separado judicialmente, economista, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, na Avenida Lineu de Paula Machado, 1000/301, bloco 1, Lagoa, CEP 22470-040, portador da Carteira de Identidade nº 10052944-5, expedida pelo Instituto Felix Pacheco, e do CPF nº 027954677-71. Em seguida, pediu a palavra, também como titulares de ações preferenciais, os representantes das acionistas Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil-PREVI e Fundação Forluminas de Seguridade Social-FORLUZ que indicaram os seguintes nomes para comporem o Conselho Fiscal: Membro efetivo: Vicente de Paulo Barros Pegoraro - brasileiro, casado, pensionista, residente e domiciliado em Brasília-DF, na SHIS QI 15, Conjunto 12, Casa 6, Lago Sul, CEP 71635-320, portador da Carteira de Identidade nº 449419, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, e do CPF nº 004826419-91; Membro suplente: Newton de Moura - brasileiro, casado, bancário e economiário, residente e domiciliado em Divinópolis-MG, na Avenida Sete de Setembro, 1064/701, Centro, CEP 35500-011, portador da Carteira de Identidade nº M-358258, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 010559846-15. A seguir, o Sr. Presidente submeteu a discussão e, em seguida, a votos - em separado, dela participando somente titulares de ações preferenciais - as indicações acima mencionadas, tendo sido as indicações dos representantes das acionistas Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil-PREVI e Fundação Forluminas de Seguridade Social-FORLUZ aprovadas por maioria. Pedindo a palavra, o representante da acionista Southern Electric Brasil Participações Ltda., pela minoria dos acionistas com direito a voto, indicou para Membro efetivo do Conselho Fiscal o Sr. Luiz Otávio Nunes West - brasileiro, casado, contador, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, na Rua General Ivan Raposo, 148/202, Barra da Tijuca, CEP 22621-040, portador da Carteira de Identidade nº 010926/0-8, expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade da Bahia, e do CPF nº 146745485-00; e, para seu suplente, o Sr. Leonardo Guimarães Pinto - brasileiro, solteiro, contador, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, na Rua Haddock Lobo, 300/1206, Tijuca, CEP 20260-142, portador da Carteira de Identidade nº RJ-091640/O-8, expedida pelo CRC/RJ, e do CPF nº 082887307-01. Colocadas em discussão e, em seguida, em votação - em separado - as indicações acima mencionadas, foram as mesmas aprovadas por maioria. Solicitando a palavra, o representante do acionista Estado de Minas Gerais indicou, como acionista majoritário, os seguintes nomes para comporem o Conselho Fiscal: Membros efetivos: Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond - brasileiro, casado, jornalista, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, na Av. Rui Barbosa, 460/801, Flamengo, CEP 22250-020, portador da Carteira de Identidade nº 1842888, expedida pelo Instituto Félix Pacheco, e do CPF nº 026939257-20; Luiz Guaritá Neto - brasileiro, casado, engenheiro e empresário, residente e domiciliado em Uberaba-MG, na Rua dos Andradas, 705/1501, Nossa Senhora da Abadia, CEP 38025-200, portador da Carteira de Identidade nº M-324134, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 289118816-00; e, Thales de Souza Ramos Filho - brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado em Juiz de Fora-MG, na Rua Severino Meireles, 67, Passos, CEP 36025-040, portador da Carteira de Identidade nº M-290728, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 003734436-68; Membros suplentes: Marcus Eolo de Lamounier Bicalho - brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Adolfo Radice, 114, Mangabeiras, CEP 30315-050, portador da Carteira de Identidade nº M-1033867, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 001909696-87; Ari Barcelos da Silva - brasileiro, casado, administrador de empresas, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ, na Rua Professor Hermes Lima, 735/302, Recreio dos Bandeirantes, CEP 22795-065, portador da Carteira de Identidade nº 2027107-7, expedida pelo CRA-RJ, e do CPF nº 006124137-72; e, Aliomar Silva Lima - brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, na Rua Aimorés, 2441/902, Lourdes, CEP 30140-072, portador da Carteira de Identidade nº MG-449262, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, e do CPF nº 131654456-72, respectivamente. Submetidas a discussão e, após, a votos as indicações do representante do acionista Estado de Minas Gerais, foram as mesmas aprovadas por maioria. Os Conselheiros Fiscais indicados declararam -

antecipadamente - que não incorrem em nenhuma proibição no exercício de atividade mercantil e assumiram compromisso solene de conhecerem, observarem e acatarem os princípios, valores éticos e normas estabelecidos pelo Código de Conduta Ética do Servidor Público e da Alta Administração do Estado de Minas Gerais. Dando continuidade à pauta, o Sr. Presidente colocou em discussão a remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia. Pedindo a palavra, o representante do acionista Estado de Minas Gerais solicitou ao Sr. Presidente que submetesse à apreciação dos acionistas a seguinte proposta: 1- Destinar, considerando a Companhia ter atualmente nove Diretorias, a Verba Global Anual para Remuneração da Administração e dos Conselheiros Fiscais, compreendendo o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal, no valor de até R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), incluindo seguro saúde para os Diretores, a ser contratado no mesmo padrão do Plano de Saúde vigente para os empregados da Companhia, mantendo-se inalterados os valores atuais percebidos pelos Administradores a título de remunerações mensais, licenças remuneradas, gratificações e demais benefícios de qualquer natureza. 2- Estabelecer que a remuneração mensal de cada um dos membros do Conselho de Administração - excluídos os Conselheiros efetivos e suplentes que exerçam o cargo de Diretores e observada a condição relativa ao pagamento de jeton mencionada no item 3 a seguir - seja equivalente a 20% (vinte por cento) da que, em média, perceber Diretor da Companhia. 3- Estabelecer que os membros efetivos do Conselho de Administração recebem 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal estipulada, sendo o restante dividido em jetons pagos ao Conselheiro efetivo ou ao suplente que o substituir durante as reuniões. No caso de haver mais de uma reunião no mês, o jeton será dividido proporcionalmente ao número de reuniões realizadas, recebendo o Conselheiro efetivo ou o suplente que o tiver substituído; no caso de não haver reunião no mês, o Conselheiro efetivo receberá o montante total da remuneração mensal; no caso de haver reunião no mês e não comparecerem à mesma nem o Conselheiro efetivo e nem o seu suplente, não será devida a parcela relativa ao jeton, recebendo a parcela fixa o Conselheiro efetivo. 4- Estabelecer que, aos Conselheiros de Administração e Fiscal, efetivos e suplentes, residentes em outros municípios que não o da sede social da Empresa, sejam reembolsadas as despesas de locomoção e estada necessárias ao seu comparecimento às reuniões ou ao desempenho de suas funções, bem como que recebam, a título de ajuda de custo, o equivalente a, aproximadamente, 10% (dez por cento) da remuneração total mensal de Conselheiro, por reunião que comparecerem. 5- Determinar que os honorários da Diretoria Executiva sejam pagos nas mesmas datas dos empregados da Companhia. 6- Estabelecer que a remuneração mensal de cada membro efetivo do Conselho Fiscal seja equivalente a 10% (dez por cento) da que, em média, perceber Diretor da Companhia, excluídos os benefícios na forma da lei. 7- Estabelecer remuneração equivalente àquela citada no item 2 acima, aos membros suplentes do Conselho de Administração que compõem o Comitê de Apoio ao Conselho de Administração - excluídos os Conselheiros que exerçam o cargo de Diretores e observados os critérios mencionados no item 3 supra. Colocada em votação a proposta do representante do acionista Estado de Minas Gerais, foi a mesma aprovada, abstendo-se de votar o representante da acionista Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil-PREVI, em decorrência da não disponibilização pela Companhia dos dados necessários ao exame prévio da matéria, bem como os acionistas representados pela Sra. Thaís Athayde de Moraes. Em seguida, o Sr. Presidente informou que as publicações da Cemig previstas na Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações, e na Instrução CVM nº 232, de 10-02-1995, deverão ser efetuadas além do “Minas Gerais”, Órgão Oficial dos Poderes do Estado, nos jornais “O Tempo” e “Valor Econômico”, sem prejuízo de eventual publicação em outros jornais. Finalizando, esclareceu que, como a definição dos jornais “O Tempo” e “Valor Econômico” decorre do resultado do Pregão Eletrônico 500-H90565, poderão ser apresentados recursos legais à Companhia no período de cinco dias úteis, alterando, inclusive, o referido resultado do processo licitatório. Neste caso, a Cemig publicará um Aviso aos Acionistas comunicando os novos jornais para as publicações previstas na Lei acima citada. Franqueada a palavra, dela fez uso o representante do acionista Estado de Minas Gerais, que parabenizou a Administração e os empregados da Companhia pela eficiência na condução dos trabalhos e no desempenho do

resultado do último exercício, ressaltando que, mesmo neste período de crise econômico-financeira mundial, a Cemig tem obtido resultado exemplar. Continuando franca a palavra e como ninguém mais quisesse se manifestar, o Sr. Presidente mandou suspender a sessão pelo tempo necessário à lavratura da ata. Reaberta a sessão, o Sr. Presidente, depois de colocar em discussão e submeter a votação a referida ata e verificando haver sido a mesma aprovada e assinada, deu por encerrados os trabalhos. Para constar, eu, Anamaria Pugedo Frade Barros, Secretária, a redigi e assino juntamente com os presentes.